

DIRETORIA EXECUTIVA DE CONTRATAÇÕES

PORTARIA Nº 81, DE 20 DE ABRIL DE 2017

O DIRETOR-EXECUTIVO DE CONTRATAÇÕES DO SENADO FEDERAL, no exercício da competência estabelecida Regulamento Administrativo do Senado Federal, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no Item 22.4 do Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2017 e pelos fundamentos expostos nos autos do Processo nº 00200.004657/2017-46, aplica à empresa CARLOS ALBERTO DE PAULA COELHO - ME., inscrita no CNPJ sob o nº 17.757.607/0001-13, com endereço na Rua Martinha Francisca Santos, nº 37, Jardim Oliveira, Rondonópolis/MT, CEP: 78.700-475, penalidade de MULTA no valor de R\$ 726,00 (setecentos e vinte e seis reais), cumulada com a pena de IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR por 30 (trinta) dias no âmbito da UNIÃO, por não manter sua proposta, em descumprimento aos itens 3.6, 3.12, 4.3 e 24.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2017.

WANDERLEY RABELO DA SILVA

COMISSÃO DIRETORA
PRESIDÊNCIA

ATO Nº 3, DE 24 DE MAIO DE 2017

"Aprova o Relatório de Gestão Fiscal do Senado Federal, referente ao Primeiro Quadrimestre de 2017"

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 54, inciso II e Parágrafo Único, e, 55, inciso I, alínea "a" e § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Fica aprovado o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL do Senado Federal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício financeiro de 2017, compreendendo a consolidação dos dados de maio de 2016 a abril de 2017, na forma dos Anexos, nos termos dos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

ANEXO I

RGF/Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal			
GOVERNO FEDERAL - PODER LEGISLATIVO			
SENADO FEDERAL			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017			
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			RS 1.00
		DESPESAS EXECUTADAS	
		(Últimos 12 Meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	
		RESTOS A PAGAR	
		NÃO	
		PROCESSADOS ¹	
		(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.468.291.811,88	4.505.317,84	
Pessoal Ativo	1.634.586.922,44	204.026,27	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.773.837.978,83	81.653,33	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	59.866.910,61	4.219.638,24	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	547.366.087,17	68.301,50	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.165.376,71	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	22.377.578,52	68.301,50	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	515.823.131,94	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.920.925.724,71	4.437.016,34	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431,000	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.925.362.741,05	0,4071%	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.179.370.306,60	0,86%	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.870.401.791,27	0,817%	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.561.433.275,94	0,774%	

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota:

FERNANDO ÁLVARO LEÃO RINCON	Diretor da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade
EDUARDO PEREIRA DA SILVA	Diretor da Secretaria de Controle Interno
ILANA TROMBKA	Diretora-Geral

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 26 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre limitação para empenho e movimentação financeira.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, OS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES, DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO E O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 9º da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, e no artigo 58, caput e §§ 1º e 3º da Lei n.13.408, de 26 de dezembro de 2016 e no Ofício Interministerial n. 3/SE/MP/MF, de 22 de maio de 2017, resolvem:

Art. 1º Ficam indisponíveis para empenho e movimentação financeira os valores constantes do Anexo desta Portaria, consignados aos Órgãos do Poder Judiciário da União pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017.

Art. 2º Fica revogada a Portaria Conjunta nº 2, de 6 de abril de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA CÁRMEN LÚCIA
Presidente do Supremo Tribunal Federal
e do Conselho Nacional de Justiça

MINISTRO GILMAR MENDES
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral,

MINISTRA LAURITA VAZ
Presidente do Superior Tribunal de Justiça
e do Conselho da Justiça Federal

MINISTRO IVES GANDRA FILHO
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

MINISTRO JOSÉ COELHO FERREIRA
Presidente do Superior Tribunal Militar

Des. MÁRIO MACHADO VIEIRA NETO
Presidente do Tribunal de Justiça
do Distrito Federal e dos Territórios

ANEXO

Limite Indisponível Para Empenho e Movimentação Financeira
Outros Custeios e Capital

RS 1.00

Órgão	Valor
10.000 Supremo Tribunal Federal	2.794.874
11.000 Superior Tribunal de Justiça	13.025.363
12.000 Justiça Federal	86.664.427
13.000 Justiça Militar da União	2.792.326
14.000 Justiça Eleitoral	222.226.940
15.000 Justiça do Trabalho	80.984.609
16.000 Justiça do DF e Territórios	7.711.296
17.000 Conselho Nacional de Justiça	14.980.529

PORTARIA Nº 131, DE 26 DE MAIO DE 2017

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2017, constante do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			RS1.00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	398.997.842,47	1.480.466,43	
Pessoal Ativo	261.857.826,96	981.264,52	
Pessoal Inativo e Pensionistas	137.140.015,51	499.201,91	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	110.440.344,68	316.678,72	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.472.436,61	0,00	
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	107.967.908,07	316.678,72	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	288.557.497,79	1.163.787,71	